

RORAIMA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES: IMPRESSÕES DA (RE) CONFIGURAÇÃO ESPACIAL ENTRE 1980 A 1991

Francisco Marcos Mendes Nogueira*

Antônio Tolrino de Rezende Veras**

Carla Monteiro de Souza***

RESUMO:

Roraima localiza-se no extremo Norte do País. Assim, o contexto histórico, político e espacial estão situados dentro das implicações do processo migratório para o extremo Norte, visto que neste período ocorreu um *boom* populacional por meio das migrações, em especial a de nordestinos. Mister salientar que até o início dos anos de 1980, o Território Federal de Roraima, contava com uma população de um pouco mais de 79 mil habitantes, ao passo que no início da década de 1990, já na condição de Estado, contava com uma população superior a 217 mil habitantes. Dentro deste contexto, o incremento populacional, Roraima passou a ter uma “nova” configuração espacial e política, em especial a partir de 1992. Desse modo, o presente trabalho busca apontar algumas impressões a (re) configuração espacial por meio do processo migratório para Roraima entre 1980 a 1991.

Palavras-chave: Roraima. Migração. Reordenamento espacial

* Graduado em História. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF da UFRR. Professor da Rede Estadual de Roraima.

** Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPG-GEO da UFRR.

*** Doutora em História. Professora do Curso de História e do Programa de PPGLetras da UFRR.

“Roraima não foi propriamente uma fronteira econômica vigorosa, do tipo em que os empreendedores de gado ou grãos entrassem na frente e lhe dessem sustentabilidade empresarial. Na realidade, foi uma fronteira produzida pelo estado, com seus gastos de motivação política, ideológica e estratégica (...)”

(BARROS, 2009, pp.63/64)

O atual estado de Roraima, até o ano de 1943, fazia parte do Amazonas, quando, o então presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, por meio do decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro, cria o Território Federal do Rio Branco¹. O mesmo teve a nomenclatura alterada em 1962, quando passou a ser denominado Território Federal de Roraima, a justificativa foi à constante confusão com o Rio Branco, Capital do Estado do Acre (MAGALHÃES, 2008).

A criação do Território por parte do governo Federal é colocada dentro do pano de fundo da modernização e dos interesses em ocupar e povoar a Amazônia. Outro aspecto apontado como determinante na criação foram as “questões de limites territoriais”² e a da Segunda Guerra mundial, provocando, assim, uma necessidade de povoação das referidas áreas.

Magalhães (2008) citando Marcondes destaca que estas medidas foram merecedoras de apoio por parte da opinião pública, em particular por parte da imprensa, visto que, acreditava-se que por meio das medidas haveria uma ampliação do Brasil, isto é, está ampliação dava-se pela presença do poder central através dos Territórios. Na visão do autor, está ampliação não era necessariamente por meio do aumento dos limites territoriais, mas pela presença do Poder Central.

Como já mencionado acima, por força de Lei foi criado o Território Federal do Rio Branco, contudo, a sua implantação deu-se somente um ano depois com a chegada do governador Ene Garcez dos Reis. Magalhães destaca a fala de Osório Nunes para descrever realidade encontrada a época pelo então governador, quando este disse que a situação era precária e acrescenta “(...) insuficiência tributária,

¹ Junto com a criação do Território Federal do Rio Branco, atual estado de Roraima, foram criados os Territórios do Amapá, Rondônia, Ponta-Porã e Iguaçú.

² Magalhães (2008) coloca que a questão com a França, motivou Território do Amapá; da Inglaterra, o Rio Branco; com a Bolívia, Acre e Rondônia; a questão com a Argentina e a Guerra do Paraguai, Ponta-Porã e Iguaçú.

rarefação demográfica, ausência de núcleos administrativos, capital humano e financeiro (...). Ademais, o mesmo reforçou que havia uma ausência de “soberania nacional” que fosse capaz de intervir nas “políticas de fronteira”. Para tanto, é “preciso criar tudo neste mundo selvagem e esquecido, dar-lhes meio de por em contato com a civilização”.

Reforçando este debate em torno dos interesses na criação do Território, Oliveira (2003), acrescenta que a criação não estava ligada só à defesa da terra e do povoamento, mas também havia o interesse em buscar em civilizar o índio. Neste aspecto, novamente, aparece o discurso geopolítico defendido pelos ideólogos ligados ao Estado Novo. Estes discursos tinham como pano de fundo a “doutrina de Segurança Nacional”, ou seja, era defendida uma ideia de que era preciso desenvolver a Região, porém, com segurança.

Vale destacar que o deslocamento populacional sempre despertou o interesse de diferentes pesquisadores. Hodiernamente, o estudo das migrações na Região Amazônica têm sido instigante para muitos pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. E, em Roraima é notório o crescimento desta temática, o que pode ser constatado por meio de diversos trabalhos já desenvolvidos, fato que vem colaborar para a qualificação da historiografia local.

Posto o panorama da criação do Território Federal, avançaremos, agora, visto que o presente artigo visa lançar notas reflexivas sobre a Migração para Roraima entre os anos de 1980 e 1991, tendo como pano de fundo o (re) ordenamento espacial, social e político por meio do aumento demográfico vivido a época.

1. Contexto histórico, político e espacial de Roraima – 1980 a 1991

O Território Federal de Roraima, hoje estado, é pertencente à Amazônia brasileira, tendo em seu bioma características bem diversificadas e particularizadas do restante da Região Amazônica. Peculiaridade esta que não se restringe apenas aos aspectos naturais, mas à própria estratégia e dinâmica de colonização, que foi diferenciada e diversificada ao longo de sua história. Segundo Barros (2009) a

colonização de Roraima é denominada de colonização “tardia”, visto que, segundo o autor, a mesma “aconteceu em seguida às frentes do Pará, Acre, Rondônia”. Por esta razão, em Roraima o “processo de expansão tomou um maior impulso a partir de meados de 1980, quando as forças políticas locais tomaram para si o aquecimento da corrente migratória” (BARBOSA, 1993).

Conseqüentemente, o processo migratório exerceu uma relevância no incremento e no reordenamento espacial do Território Federal de Roraima, hoje estado, em especial nos anos 1980 e 1990. Neste período o Território, obteve o maior crescimento populacional, tendo em média um crescimento superior a taxas de 9%, tendo um pequeno declínio já na segunda metade década 1990, fato que é associado ao fechamento dos garimpos. Como vemos se o declínio está associado ao fechamento dos garimpos, o crescimento demográfico em Roraima está intimamente ligado aos incentivos, tanto do poder Público Federal como pelo Poder Público Estadual (SILVA, 2008).

Assim, historicamente são atrativos como estes, aliados ao discurso do “vazio” demográfico da Amazônia que induzia a pensar que ela encontrava-se desabitada, sem levar em consideração a presença indígena e a dos ribeirinhos que já eram habitantes na Região. Destarte, por meio deste discurso que apresentava a região com terras fartas e de fácil acesso, que milhares de migrantes rumaram para a Região em busca da terra prometida, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. Por outro lado outros tiveram como motivação a “fofoca” do garimpo em solos roraimenses, destaca-se ainda a ação das redes sociais.

Entretanto, Souza e Silva (2003) destacam que o primeiro aspecto é relevante para a expansão demográfica de Roraima, mas foram “os projetos de assentamento espalhados pelo estado, assim como os vários loteamentos urbanos, notadamente em Boa Vista, atraíram um número considerável de migrantes, conferindo ao estado de Roraima as mais altas taxas de crescimento relativo populacional nas décadas de 1980 e 1990.

Vemos, portanto, que enquanto alguns são “atraídos” pelos projetos de colonização, outros são pela corrida do ouro nas terras de Roraima. Contudo, ainda que o garimpo seja considerado um fator de atração considerável para o contexto das migrações, Souza (1995) argumenta que não é capaz de produzir uma

ocupação efetiva, levando-se em conta a própria dinâmica da atividade garimpeira que é a de exploração.

2. A migração e as implicações no “surgimento” de novos Municípios

Até os primeiros anos da década de 1980, o Território Federal de Roraima tinha apenas dois municípios, a saber: Boa Vista e Caracaraí, portanto, foi graças ao processo migratório que milhares de migrantes foram atraídos para Roraima. Como já mencionado, este aumento no fluxo migratório contou com uma significativa atuação por parte da elite política, a qual visava transformar o Território em estado.

Esta intervenção por parte da classe política local é perceptível através do discurso de posse do Brigadeiro da Aeronáutica Ottomar de Souza Pinto, como governador, em 1979, quando este afirmou a necessidade de incentivar a migração. Santos (2004, p.142) destaca a fala de Ottomar “(...) que venham, sem demora, nossos irmãos do Centro-Sul e do Nordeste! Que tragam seus instrumentos de trabalho e seu vigor produtivo, extra-ordinários fermentos, que farão crescer e crescer muito o bolo de nossa economia (...)”.

Assim, podemos inferir que este foi um dos discursos no qual o migrante é “convidado” a somar com seu vigor, para fazer crescer o bolo da economia, por meio do povoamento dos “vazios”. Entretanto, o bolo que mais cresceu neste período foi o da base de sustentação política da elite detentora do poder local. Para tanto, a faceta política desse processo relaciona-se a duas necessidades – a primeira, a necessidade de ampliação dos contingentes eleitorais e a segunda, graças a este aumento populacional as “(...) articulações visando à passagem de Território a estado (...)” (SOUZA; SILVA, 2006, p.18). Deste modo, é notório que os interesses político-eleitorais, também podem ser apontados como incremento no movimento migratório para Roraima.

Não obstante, esta faceta política, a abertura das rodovias federais, a BR 174 e a BR 210, proporcionaram um novo incremento ao fluxo migratório, haja vista

que com a construção das rodovias acabava assim com o isolamento de Roraima³, além do que se “encaixava no projeto geopolítico nacional de integração e ocupação da Amazônia (...)” (OLIVEIRA, 2008, p.69). Ainda para Oliveira (2008) a abertura alterou as relações econômicas e as sociais. Assim, é visível que a abertura das rodovias deu início a uma nova fase no processo migratório para Roraima. Ademais, Magalhães (2008) discorre que estas BR's serviram de atrativos, no que tange ao emprego e a possibilidade de aquisição de terras (lotes) ao longo das rodovias federais.

É importante destacar que, nos anos 80, do século passado, o Brasil, vivia um período de forte estagnação e recessão econômica e em Roraima não foi diferente. Esta situação, segundo Vale (2005), vai contra a lógica do fluxo migratório, visto que o mesmo sempre foi associado à necessidade de mão de obra para o mercado de trabalho, o que não veio acontecer para o Território Federal de Roraima.

Salientamos, entretanto, que atrativos como o garimpo, que até então era “legalizado”, e o discurso do “vazio” demográfico da Amazônia servirão de bases para o incremento no fluxo migratório. Assim, milhares de migrantes rumaram para a Região em busca da “terra prometida”, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. Este fato que é perceptível de comprovação quando olhamos, por meio do quadro abaixo, que o crescimento da população do Território Federal de Roraima na década de 1980 foi crescente e acelerado, atingindo taxas de crescimento de 9,5%, Anual, uma das maiores já registrada no país.

³ Antes da inauguração da BR 174, Roraima mantinha-se ligado a Manaus por meio de transportes aéreos ou por navegação e, esta última era prejudicada no período de secas, pois a navegabilidade só era possível no período das cheias. Este isolamento físico de certa forma contribuiu para dificultar, num primeiro momento a migração.

Tabela 1: Evolução populacional de Roraima de 1980 a 1991

Ano/ Município	1980 ⁴	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Alto Alegre		5.254	5.425	5.597	5.768	6.634	8.865	11.211
Boa Vista	51.662	68.306	70.532	72.758	74.986	86.237	115.247	144.249
Bonfim		4.533	4.681	4.829	4.976	5.723	7.648	9.478
Caracaraí	27.497	4.224	4.362	4.499	4.637	5.333	7.127	8.900
Mucajai		6.284	6.489	6.694	6.899	7.934	10.603	13.308
Normandia		5.254	5.426	5.597	5.768	6.633	8.865	11.188
São João		4.843	5.000	5.316	6.113	8.170	8.170	10.143
São Luiz		4.327	4.468	4.609	4.750	5.463	7.301	9.106
TOTAL	79.159	103.025	106.383	109.741	113.100	130.070	173.826	217.583

Fonte: IBGE (1980;1991)

Elaboração: Francisco Marcos Mendes Nogueira

Neste aspecto, referente à intervenção das esferas políticas administrativas no crescimento demográfico de Roraima, Souza (1995) coaduna com Silva (2008) e, acrescenta que havia interesses políticos por trás da migração:

(...) O processo de reordenamento espacial e temporal decorrente da expansão da fronteira teve forte intervenção do Estado que, ao mesmo tempo, o legalizava e o legitimava, fazendo emergir um novo quadro regional (...) perpassando por bem definidos interesses políticos eleitorais (SOUZA, 1995, p.258)

Assim, podemos inferir que o crescimento populacional deste período vincula-se aos interesses políticos da elite local, que por meio de articulações diversas, notadamente na esfera federal tinham por objetivo canalizar este crescimento para a passagem de Território a Estado. Outro aspecto neste jogo de interesses liga o aumento populacional com a contingente eleitoral, visto que até os primeiros anos da década de 1980 o Território Federal de Roraima contava com uma população apenas de 79.159 habitantes e com dois municípios, a capital Boa Vista e o de Caracaraí.

Neste sentido, muitos apontam o garimpo como fator de atração, pois vêem que “nem todos os migrantes vão à busca da terra. O ouro sempre foi para o homem, desde épocas muito anteriores, uma poderosa fonte de atração” (MARTINS; VANALLI, 2001, p.61). Contudo, mesmo percebendo a força atrativa que há na atividade do garimpo, corroboramos com Souza (1995, p.259) quando ela reitera

⁴ Em 1980, o Território Federal de Roraima só tinha dois Municípios, sendo que Boa Vista ocupava toda parte Norte, ao passo que Caracaraí toda região Sul.

que “ainda que o garimpo seja um atrativo considerável para as migrações, argumenta-se que não produziu uma ocupação efetiva em todo o estado, tendo em vista as próprias características desta atividade”, ou seja, a atividade garimpeira sempre foi de exploração e não de fixação, a permanência está associada à existência das fofocas do ouro ou do diamante.

Souza (1995, p.260) defende que os “projetos e programas de assentamentos em pequenas propriedades foram fatores determinantes no crescimento populacional (...) fundamentalmente em função do seu caráter fixador”. Ademais, houve interesses por parte da elite política local em buscar atrair e “fixar” os migrantes, em especial os nordestinos, que de dois municípios existentes no início dos anos 80, o Território Federal de Roraima passou a ter mais seis, a saber: Mucajaí, Alto Alegre, São João da Baliza, Bonfim, Normandia e São Luiz do Anauá. Os mesmos foram criados através da Lei nº. 7009, de 1º de julho de 1982, sancionada pelo na época presidente da República João Figueiredo.

Ao analisar o referido decreto, nos chama atenção o primeiro parágrafo quando diz: “Ficam criados, no Território Federal de Roraima, independente de comprovação dos requisitos previstos na Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977”⁵. Esta Lei dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências, a mesma foi assinada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel.

Diante disso, verificamos que os municípios criados não tinham as condições mínimas, sejam econômicas ou de população residente. Segundo o Artigo 3º da referida Lei os Municípios deveriam atender os seguintes requisitos:

- Mantidos os atuais Municípios, são requisitos mínimos para a criação de novos:
 - I - população estimada superior a 10.000 (dez mil) habitantes;
 - II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;
 - III - centro urbano com número de residências superior a 500 (quinhentas);
 - IV - receita tributária anual não inferior à menor quota do Fundo de Participação dos Municípios, distribuída, no exercício anterior, a qualquer outro Município do País.

⁵ BRASIL. *Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977. Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais.* Disponível www.casacivil.gov.br. Acesso outubro de 2009.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os novos municípios criados não cumpriam nenhum dos pré-requisitos, apresentando o mais “populoso”, o de Mucajaí, uma população de 6.284 habitantes e o menos, São Luiz do Anauá, uma população de 4.237 habitantes. Este fato reforça a idéia de que prevaleceram nos bastidores do jogo político os interesses da elite local. Com a criação de novos aparatos político-administrativos, que só cumpririam a sua função se tivesse uma população residente, ficavam garantidos a constituição de redutos eleitorais.

3. De Território à Estado

A passagem de Território a Estado dá-se dentro do contexto das eleições de 1986, no qual foi instalado o Congresso Nacional, que se transformou em Assembléia Constituinte (SANTOS, 2004), dentro do contexto da redemocratização da política brasileira (LOBO JUNIOR, 2008). Dentro dos argumentos favoráveis a passagem a estado, a elite política local argumentava pela “necessidade de autonomia político-administrativa” (RODRIGUES, 2008, p.22).

O Estado de Roraima foi criado pela Constituição Federal de 1988, a qual em seu art. 14 cita que “Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos”. O governo Federal continuou a indicar os governadores até 1990, quando houve a primeira eleição direta para a escolha do primeiro governador e dos deputados estaduais, conforme previsto no parágrafo 1º, que cita “a instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos Governadores eleitos em 1990”.

Contudo, Santos (2004) alerta que mesmo sendo criado o Estado de Roraima manteve os problemas fundiários, de demarcação das terras indígenas e da dependência financeira da União. Segundo o autor, o Estado para manter a máquina administrativa dependia de “80% de repasses federais para se manter” (SANTOS, 2004, p.124).

A conjuntura política e social fez com que surgissem dois grupos políticos, tendo a frente os dois ex-governadores “biônicos”, de um lado o brigadeiro Ottomar

de Souza Pinto e do outro Romero Jucá Filho. Ambos migrantes nordestinos, sendo que o primeiro natural de Recife e o segundo de Petrolina, ambos são pernambucanos.

O primeiro governou de 1978 a 1983, período que Roraima recebeu um grande fluxo migratório, no qual “a população passou de 49.885 habitantes em 1970, para 79.159 habitantes em 1980” (RODRIGUES, 2008, p.22). É inegável que este fato reforçou de forma considerável sua base eleitoral, graças a uma política de populista e assistencialismo, Ottomar foi consolidando sua liderança em Roraima (SANTOS, 1998).

Ao passo que Romero Jucá Filho, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI veio governar Roraima graças aos problemas na gestão de Getúlio Cruz. Assim, Jucá veio ligado ao poder empresarial e ao Senador Marco Maciel. Santos (2004, p.148) salienta que segundo Getúlio Cruz a vinda de Romero Jucá serviu “(...) para favorecer a mineradora Parapanema, mas quando viu o potencial político do movimento dos garimpeiros, mudou de posição, encontrando seu espaço político (...)”.

Por terem exercidos mandatos no Executivo, ambos os candidatos montaram suas bases da campanha eleitoral de 1990 tendo com aporte os Jornais “O Estado de Roraima” e o “Diário de Roraima”. Para Lobo Junior (2008) a apropriação da mídia é um mecanismo de sustentação no poder. Sendo assim, o primeiro estava ligado ao grupo político de Romero Jucá e o segundo ao de Ottomar.

A primeira eleição direta para novo Estado contou com a participação de 6 candidatos ao cargo de Governado (1990, Ano II, nr. 316, p.03), sendo eles, Romero Jucá, Ottomar de Souza Pinto, Getúlio Cruz, Neudo Campos, Robert Dangon e Belgerrac Baptista. Entretanto, a disputa ficou polarizada entre Ottomar de Souza Pinto, da coligação “Frente Popular Nova Estrela”, e Romero Jucá Filho, da coligação “Roraima Pra Valer”. Além de eleger o governador os eleitores de Roraima escolheram 24 deputados estaduais, 8 federais, 3 senadores.

A corrida pelo poder fez com que Ottomar e Jucá, buscassem “aliados nas famílias tradicionais, que não tinham um nome congregador para encabeçar a disputa (...)” (SANTOS, 2004, p.151). Conseqüentemente, foi possível manter a base

do discurso da defesa das “Terras de Roraima”, isto é, contra a demarcação das Terras Indígenas e pela permanência dos garimpos. Além disso, de mantiveram uma política populista, por meio do assistencialismo, fato que segundo Lobo Junior (2008) e Francilene Rodrigues (2008) incrementou a criação de currais eleitorais.

A disputa para a Assembléia Legislativa, o Jornal “O Estado de Roraima” (1990, Ano II, nr. 316, p.03). aponta que foi bem concorrida, tendo em torno de 300 nomes como candidatos de 18 siglas partidárias. Para a Câmara Federal houve um aumento de representantes, visto que até 1982, Roraima, então Território, só tinha direito a 2 representantes. Ao passo que a partir das eleições de 1990 passou a ter o direito a eleger 8 deputados.

Assim, a manchete do Jornal “O Estado de Roraima” do dia 10 de Outubro de 1990, traz como matéria principal – “Assembléia Legislativa já tem seus deputados”, os mesmo foram eleitos por 7 (sete) partidos, contudo, a base maior, individualmente falando, foi o PTB, partido do Ottomar que, elegeu um total de 8 (oito) deputados estaduais.

Já a corrida para o cargo de governador exigiu um segundo turno que se realizou no dia 25 de novembro. O resultado final da apuração apontou no dia 27 do mesmo mês a vitória do candidato Ottomar, com um total 32,6 mil contra 28,9 mil votos de Jucá.

Por fim, no dia primeiro de janeiro de 1991 tomou posse o primeiro governador eleito, o brigadeiro Ottomar de Souza Pinto. De acordo com Lobo Junior a vitória de Ottomar frente a Jucá pareceu surpreendente, visto que Ottomar governou de 1979 a 1983. Enquanto Jucá esteve diretamente ligado ao processo de transição de Território a Estado.

Entretanto, o mesmo autor esclarece:

A resposta pode parecer óbvia, Ottomar quando foi governador do Território (1979-1983), procurou governar com apoio de membros da força política local, e promoveu uma intensa migração de nordestinos, o que lhe trouxe resultado positivo nesta primeira eleição para governador do novo Estado (1990, Ano II, nr. 352, p.03).

Portanto, podemos inferir graças ao grande contingente de migrantes muitos deles fixados em projetos de colonização, que deram a vitória ao brigadeiro Ottomar

de Souza Pinto, como atesta a manchete do Jornal “O Estado de Roraima” do dia 27 de novembro de 1990.

No segundo mandato de 1991-1994, o governador eleito Ottomar de Souza Pinto, deu continuidade na política de incentivo a migração para Roraima, no entanto, esta deixava os migrantes a mercê de uma “política paternalista” (BARBOSA, 1993, p.190), a qual se distribuía desde cestas básicas até terrenos urbanos. Este último aspecto fez “surgir” núcleos urbanos através da distribuição de lotes ou por meio das invasões, a exemplo citamos os bairros Pintolândia I, II, III e IV, hoje respectivamente o Pintolândia, o Silvío Botelho, o Santa Luzia e o Senador Hélio Campos, entretanto, esta “produção” espaço foi permeada por relações que se articulam através de formas e funções, gerando, paisagens de espaços, mas de espaços desiguais (VERAS, 2012, p.127).

À guisa de conclusão

O presente trabalho não teve à pretensão esgotar a reflexão sobre o processo migratório para Roraima, ao contrário, buscamos lançar nossas impressões sobre a (re) configuração espacial entre 1980 e 1991, tendo como pano de fundo Roraima no contexto das migrações. É sabido que estes dois períodos, a Década de 1980 e os primeiros anos de 1990, foram marcantes para história de Roraima, face ao grande contingente de pessoas que migraram, alguns atraídos pela corrida do ouro, vendo em Roraima o “novo” *Eldorado* e outros na busca da possibilidade “real” de possuir um pedaço de terra.

Contudo, frente ao exposto, acima, é possível apontar as motivações por parte da elite política local como um elemento objetivo neste incremento populacional, visto que, buscavam a sustentação das suas bases eleitorais, bem como a passagem de Território á Estado, pois, assim, haveria uma independência administrativa, levando-se em consideração que era o poder Central quem indicava e delineava os rumos políticos locais por meio das nomeações de Governadores e, estes por sua vez escolhia os Prefeitos.

Esta prática, o “incentivo” da migração, em especial a de nordestinos, oriundos dos mais variados estados do Nordeste brasileiro, não foi uma exclusividade do Brigadeiro Ottomar ou do Romero Jucá, ela, se deu por sucessivos governadores, desde a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, posteriormente, em 1962 passou a ser denominado Território Federal de Roraima, houve sucessivas iniciativas de povoar o território por força da migração.

Assim, nos idos dos anos de 1980 a população de Roraima era um pouco mais de 79 mil habitantes ao passo que nos primeiros anos de estado já era superior a 217 mil. Esse crescimento foi acelerado, de modo particular nos 80 do século passado, tanto que atingiu taxas de crescimento de 9,5%, Anual, uma das maiores já registrada no País. Esta realidade, por fim, influenciou de forma direta no (re) ordenamento espacial, visto que, até 1982, Roraima, tinha apenas dois municípios e, Boa Vista e Caracaraí.

Ademais, esta realidade migratória acabou fortalecendo os grupos políticos ligados a Ottomar e o de Romero Jucá que mantiveram, quando políticas assistencialista e paternalista. Com o advento a promulgação da Constituição Federal em 1988, Roraima foi elevada a estado. Na condição de estado, houve a primeira eleição direta para Governador, sendo polarizada por Ottomar de Souza Pinto e Romero Jucá Filho, tendo o primeiro o vencedor do pleito eleitoral, elegendo-se como o primeiro governador do novo estado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. **Ocupação Humana em Roraima. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 9 (2): 177-197. Belém, 1993.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Memória oral & escrita, frentes florestais e a construção do trabalho geográfico. In: **Revista de Geografia.** Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, nr. 2, mai/ago. 2009, pp. 61-72.

_____. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional.** Recife: Ed. UFPE, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm>. Acesso em 10 outubro 2009.

_____. Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977. **Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais**. Disponível em <www.casacivil.gov.br>. Acesso em 10 outubro 2009.

_____. Lei nº 7.009, de 1º de julho de 1982. **Dispõe sobre a Autorização da Criação de Municípios no território Federal de Roraima**. Disponível em <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei1980-1987/lei-7009-julho-1982-356778-norma-pl.html>. Acesso em 10 outubro 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1980**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 11 novembro de 2009.

_____. **Censo 1991**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 11 novembro de 2009.

BECKER, Berta K.. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

LOBO JUNIOR, Manoel Ribeiro. **Formação e reorganização dos grupos políticos do Estado de Roraima: de 1985 a 1998**. Boa Vista, 2008. Monografia (especialização em história regional) – Universidade Federal de Roraima, Curso de Especialização em História Regional.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia: o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1998**. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. **Migrantes: migração interna no Brasil “baianos” e “paraibas” – a reforma agrária resolve?**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. **O lugar e a utopia: história e memórias de migrantes nordestinos em Roraima**. Boa Vista, 2011. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Universidade Federal de Roraima.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de., **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. 405 F. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As transformações na configuração política-administrativa do Roraima: um panorama a partir da implantação do federalismo. In: **Roraima 20 anos – as geografias de um novo Estado**. (Org's) Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista: EdUFRR, 2008.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Apresentação da formação histórica da sociedade e economia roraimense. In: **Pensando e preservando o olhar histórico, socioeconômico e político de Roraima**. Manaus/AM: Edições UEA/Editora Valer, 2008

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. Belém, 2004. 270f. Tese (Doutorado em História). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SANTOS, Roberto Ramos. Roraima: do pára-queda ao clientelismo. In: **Texto & Debates**. n. 05, 1998.

SILVA, Raimunda Gomes da. **Reinventando um novo viver: mulheres cearenses em Boa Vista (1950-1989)**. 2003. 163 f.. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS/PPGHIS, 2003.

SILVA, Gladis de Fátima Nunes da. Roraima: evolução demográfica entre os 1970 e 2007. In. **Roraima 20anos: as geografias de um novo estado**. Org's Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista/RR: Editora da UFRR, 2008.

SOUZA, Carla Monteiro de Souza. **História, memória e migração: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos radicados em Roraima**. 2004, 309f. Tese, (Doutorado em História) – História das Sociedades Ibero-americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004

_____. In. **Textos e debates**. n. 9 (agosto-dez) Boa Vista/RR: UFRR, CCH, 2005.

_____. Entre o individual e o social. In: **Textos e debates**. n. 12 (jan-jun). Boa Vista/RR: UFRR, CCH, 2007.

SOUZA, Carla Monteiro de Souza; SILVA, Raimunda Gomes da. **Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do sol e Cuamé**. (Org's) Carla Monteiro de Souza e Raimunda Gomes da Silva. Boa Vista/RR: EDUFRR, 2006.

VALE, Ana Lia Farias. **O “Ceará” em Roraima - migração de cearenses: 1980-1999**. Jaboticabal/SP: FUNEP, 2005.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. Rugoriedade e tendências atuais na dinâmica de produção do espaço urbano de Boa Vista. In: **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. (Org's) Maria das Graças Santos Dias Magalhães; Carla Monteiro de Souza. Boa Vista/RR: EdUFRR. 2012.

_____. A criação do Estado de Roraima e sua importância na dinâmica da cidade de Boa Vista. In: **As cidades entre o “real” e o imaginário: estudos no Brasil**. (Org's) Everaldo Batista da Costa; Rafael da Silva Oliveira. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

FONTES

Jornal O Estado de Roraima, Ano II, nr. 316, 1990.

Jornal O Estado de Roraima, Ano II, nr. 316, 1990.